

Neoenergia Sobral

Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A.
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 4 de março de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025

Neoenergia Sobral Transmissão de
Energia S.A

Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	7
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	9
BALANÇO PATRIMONIAL	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	12
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	16
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18
4. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	20
5. RESULTADO FINANCEIRO	20
6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS.....	20
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	23
8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS.....	23
9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)	24
10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	25
11. PASSIVOS CONTINGENTES	27
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27
13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	29
14. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Ao apresentar os resultados de 2025, a Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

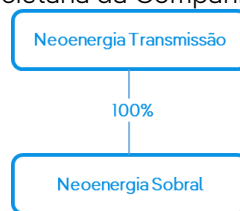
1. A NEOENERGIA SOBRAL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A

A Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A (“Companhia”), controlada pela Neoenergia Transmissão S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

Em 25 de agosto de 2023, a Neoenergia S.A. (antigo controlador) transferiu para Neoenergia Transmissão S.A (atual controlador) a totalidade de sua participação societária na Companhia, em troca da integralidade da participação societária na Neoenergia Transmissão S.A. Em 29 de setembro de 2023, a Neoenergia S.A. alienou 50% da participação societária de sua então controlada Neoenergia Transmissão S.A. Como consequência, a Neoenergia Transmissão S.A. torna-se controlada em conjunto da Neoenergia S.A. e da Warrington Investment Pte. Ltd.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2025, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:

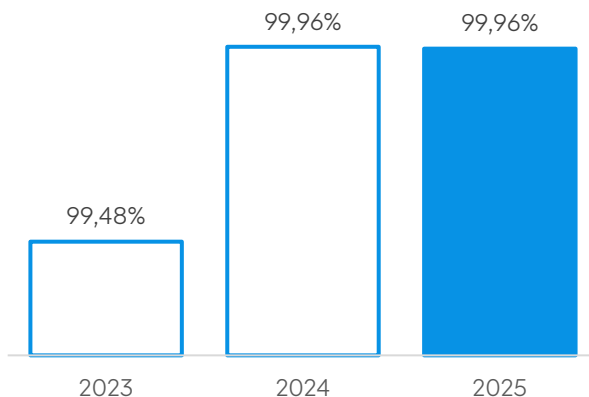


2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 24 de abril de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: no estado do Ceará, compostas pelo Compensador Estático de Reativos em 500kv na SE Sobral III, -150/+250MVA; conexão do CER, interligações de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Em 2025, a taxa de disponibilidade da Companhia foi de 99,96% (99,96% em 2024). O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão.

Em 2025, a Companhia esteve com disponibilidade acima do limite superior definido pela ONS:



3. ATIVOS EM OPERAÇÃO

3.1. Subestação em operação

Subestação em Operação - Características Físicas

Subestação	Tensão (kV)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
SE Sobral III	500kV	22/01/2020	11/08/2047

4. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2025/2026 é de R\$ 18.203 mil (R\$ 16.995 mil para o ciclo 2024/2025), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

Subestação em Operação - Características Financeiras

Subestação	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	Ano de Degrau RAP	de da Mês base reajuste	Índice de Correção	de
SE Sobral III	100	18.203	2028	Junho	IPCA	

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas.

5.1. Resultado Econômico-Financeiro

DRE (R\$ mil)	2025	2024	Variação	
			R\$	%
Receita líquida	22.090	21.288	802	4%
MARGEM BRUTA	22.090	21.288	802	4%
Custo de operação	(2.930)	(2.787)	(143)	5%
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(157)	(120)	(37)	31%
= Despesa Operacional	(3.087)	(2.907)	(180)	6%
PECLD	(46)	45	(91)	-202%
EBITDA	18.957	18.426	531	3%
Depreciação	(20)	(14)	(6)	43%
Resultado Financeiro	(2.079)	(2.215)	136	-6%
IR/CS	(3.229)	(3.237)	8	0%
LUCRO LÍQUIDO	13.629	12.960	669	5%

A margem bruta da Companhia e as despesas operacionais no ano alcançaram respectivamente R\$ 22.090 mil, +4% vs. 2024 e -R\$3.087 mil, +6% vs. 2024, explicadas pela inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual.

Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$ 18.957 mil, aumento de 3%, em relação ao ano de 2024.

O resultado financeiro foi negativo em R\$ 2.079 mil em 2025 (-6% vs. 2024), devido principalmente ao rendimento de aplicação financeira indexada ao CDI.

Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2025 de R\$ 13.629 mil, aumento de 5% em relação ao ano anterior.

6. ESTRUTURA DE CAPITAL

6.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2025, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 33.562 mil (dívida líquida de R\$ 28.197 mil), apresentando redução de 7% em relação a dezembro de 2024, quando a dívida bruta foi de R\$ 35.922 mil (dívida líquida R\$ 31.967 mil).

Em dezembro de 2025, a Companhia contava com 92,3% da dívida bruta contabilizada no longo prazo.



DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Sobral, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Sobral e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Sobral.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Sobral sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional, líquida	3	22.090	21.288
Custos		(2.937)	(2.794)
Custos de operação	4	(2.937)	(2.794)
Lucro bruto		19.153	18.494
Perda de crédito esperadas	8.1	(46)	45
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	4	(170)	(127)
Lucro operacional		18.937	18.412
Resultado financeiro	5	(2.079)	(2.215)
Receitas financeiras		519	502
Despesas financeiras		(2.624)	(2.751)
Outros resultados financeiros, líquidos		26	34
Lucro antes dos tributos		16.858	16.197
Tributos sobre o lucro	6.1	(3.229)	(3.237)
Corrente		(13)	(10)
Diferido		(3.216)	(3.227)
Lucro líquido do exercício		13.629	12.960

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	13.629	12.960
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	13.629	12.960

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	13.629	12.290
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	20	14
Tributos sobre o lucro	3.229	3.237
Resultado financeiro, líquido	2.079	2.215
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(72)	(650)
Concessão serviço público (ativo contratual)	(6.037)	(5.973)
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	132	(182)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(14)	-
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(684)	(180)
Outros ativos e passivos, líquidos	(56)	(107)
Caixa gerado nas operações	12.226	10.664
Encargos de dívidas pagos	(2.382)	(2.572)
Rendimento de aplicação financeira	546	324
Tributos sobre o lucro pagos	(99)	(235)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	10.291	8.851
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	-	(33)
Caixa consumido nas atividades de investimento	-	(33)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(2.489)	(2.508)
Remuneração paga ao acionista da Companhia	(6.687)	(10.413)
Caixa consumido nas atividades de financiamento	(9.176)	(12.921)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	1.115	(4.103)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.848	5.951
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.963	1.848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.963	1.848
Contas a receber de clientes e outros	8	2.005	1.934
Tributos sobre o lucro a recuperar		155	344
Outros tributos a recuperar		10	9
Concessão do ativo público (ativo contratual)	9	16.780	16.078
Outros ativos circulantes		1.016	794
Total do circulante		22.929	21.007
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários		2.402	2.107
Concessão do ativo público (ativo contratual)	9	189.269	183.935
Imobilizado		719	711
Intangível		26	54
Total do não circulante		192.416	186.807
Total do ativo		215.345	207.814
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros		423	317
Empréstimos e financiamentos	10	2.593	2.534
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		-	14
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	6.2	505	927
Dividendos e juros sobre capital próprio		3.485	3.970
Outros passivos		1.057	485
Total do circulante		8.063	8.247
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	30.969	33.388
Tributos sobre o lucro diferidos	6.1.2	19.256	41.769
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	6.2	44.985	18.670
Total do não circulante		95.210	93.827
Patrimônio líquido			
Atribuído ao acionista da Companhia	12	112.072	105.740
Total do patrimônio líquido		112.072	105.740
Total do passivo e do patrimônio líquido		215.345	207.814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Reservas de Lucros					Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivo Fiscal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2024		30.232	5.132		45.583	2.500	22.293	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	13.629
Destinação do lucro líquido:								
Remuneração aos acionistas	12.2	-	-	-	-	-	-	(7.297)
Constituição de reservas de lucros	12.3	-	682	35	-	5.615	(6.332)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		30.232	5.814	35	45.583	2.500	27.908	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		30.232	4.485		45.583		22.364	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	12.960
Destinação do lucro líquido:								
Remuneração aos acionistas	12.2	-	-	-	-	-	-	(6.517)
Constituição de reservas de lucros	12.3	-	647	-	-	2.500	(71)	(6.443)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		30.232	5.132		45.583	2.500	22.293	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 11 de maio de 2017, a Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia Transmissão S.A, que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional.

Em 24 de abril de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: no estado do Ceará, compostas pelo Compensador Estático de Reativos em 500kv na SE Sobral III, -150/+250MVA; conexão do CER, interligações de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2025/2026 é de R\$ 18.203.378 (R\$ 98.969 para o ciclo 2024/2025), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da data de assinatura do contrato de concessão, datado dia 22/03/2019.

1.1. Gestão de riscos

As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A. em abril de 2025, compostas pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos Corporativos e pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos específicos para cada Negócio, estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do Grupo Neoenergia.

O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

1.1.1. Riscos financeiros e mercado

As Diretrizes e Limites de Riscos Financeiros se aplicam a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas da Neoenergia e de suas controladas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos ‘exóticos’ ou ‘alavancados’.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de <i>swap</i> e a termo
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atuariais, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a CDI.	Operações de <i>swap</i> , gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes de Riscos Financeiros e de Crédito.

Risco de taxa de juros e índices de preços

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros da dívida e rendimentos das aplicações financeiras que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

A Companhia monitora continuamente as taxas mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de preço de *commodities*

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

Commodities metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de infraestrutura, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país, além da capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos (veja nota 10).

Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

I.1.2. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade, da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

O risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da sua Diretriz de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2025.

<i>Ratings</i> de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	-	AAA
BNDDES	AAA	AAA	AAA

1.1.3. Risco regulatório

Ambiente Regulatório

A Companhia está sujeita a aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações inseridas nas cláusulas do contrato de concessão e nas resoluções emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e as diretrizes gerais da fiscalização da Agência, estão previstos na Resolução Normativa nº 846/2019, podendo a multa atingir até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida.

1.1.4. Gestão de demais riscos associados

Casos fortuitos e de força maior

Os contratos de concessão de transmissão estabelecem que, em caso de evento de força maior ou caso fortuito (art. 393 do Código Civil), a transmissora não será responsabilizada pelo não cumprimento das obrigações contratuais durante o período do evento. Indisponibilidades de serviço devido a sabotagem, terrorismo, calamidades públicas, força maior ou caso fortuito, reconhecidas pela ANEEL, não estão sujeitas a penalidades contratuais.

A ANEEL é responsável por apurar e caracterizar a existência de excludente de responsabilidade e nexo de causalidade em situações de força maior, incluindo greves ilegais, suspensões judiciais, embargos administrativos, não emissão de licenças por motivos não imputáveis à transmissora e invasões em áreas de obras.

A ausência de regras objetivas para o acolhimento de pleitos de força maior pela ANEEL representa um risco regulatório, podendo resultar em penalidades, multas, frustração de receitas, sobrecustos e desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Inadimplência Extraordinária

A Lei nº 14.120/2021 estabeleceu a eliminação gradual do benefício de redução de até 50% nas Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e Transmissão (TUST) para centrais geradoras de fontes renováveis. O benefício foi preservado apenas para os empreendimentos que solicitassem outorga ou alteração técnica em até 12 meses da publicação da norma e que iniciassem operação comercial em até 48 meses. Esse marco regulatório desencadeou um movimento intenso de pedidos de outorga — a denominada “Corrida do Ouro” — especialmente para usinas eólicas e solares. Contudo, parcela relevante desses projetos não evoluiu por insuficiência financeira ou técnica, resultando em atrasos de entrada em operação comercial, inadimplência dos titulares de Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e impactos sobre a receita das transmissoras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Com o objetivo de mitigar novos episódios de inadimplência e reforçar a segurança econômico-financeira do segmento, a ANEEL adotou medidas de controle. De maneira complementar, publicou, em junho de 2025, a Resolução Normativa nº 1.125/2025, que instituiu metodologia para verificação do “máximo esforço” das transmissoras na cobrança dos encargos rescisórios dos CUST. O regulamento reforça a atuação diligente das transmissoras e estabelece mecanismos de controle alinhados às ações conduzidas pelo ONS e demais agentes setoriais.

A Companhia já está aplicando integralmente as medidas previstas na REN nº 1.125/2025, atuando de forma tempestiva e rigorosa na gestão e cobrança dos encargos, contribuindo para a redução do risco de inadimplência e para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro das concessões.

1.1.5. Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Terrorismo	01/06/2025 a 01/06/2026	81.577
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2025 a 31/05/2026	36.000
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2025 a 31/05/2026	81.577
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2025 a 31/05/2026	100.000

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia, em 04 de março de 2026.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.3. Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
------	--

6.1.4	Tributos sobre o lucro diferidos
8.2	Perdas de créditos esperadas
9.2	Concessão do serviço público (ativo contratual)

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência em 2025:

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
Resolução CVM nº 223/OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva

A Companhia não identificou impactos relevantes na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2026

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança ('ASG' ou 'ESG').	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18 (CPC 51): Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 (CPC 51) introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 (CPC 51) também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 (CPC 51) substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. (CPC 51) A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2025	2024
Construção de infraestrutura da concessão	2.614	-
Remuneração do ativo contratual	21.230	20.592
Receita de operação e manutenção	2.661	2.352
Ganho (perda) na RAP ⁽¹⁾	(1.908)	798
Receita operacional bruta	24.597	23.742
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(2.507)	(2.454)
Receita operacional líquida	22.090	21.288

⁽¹⁾ A variação refere-se principalmente a atualização da inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

3.1. Deduções da receita bruta

	2025	2024
Tributos		
Outros tributos indiretos – correntes	(1.716)	(1.678)
Outros tributos indiretos – diferidos	(558)	(552)
	(2.275)	(2.230)
Encargos setoriais		
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(166)	(159)
Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica – TFSEE	(67)	(65)
	(233)	(224)
Total	(2.507)	(2.454)

3.2. Política contábil material

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido ao cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no momento da entrega do produto ou da prestação de serviço. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou itens similares.

A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica.

A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem.

A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato.

A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional.

A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025 e 2024, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis:

- I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 16%a.a. e 17%a.a., nominal e antes dos impostos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 6,5% a.a. e 11,0%a.a.

4. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2025		
	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Serviços de terceiros	(2.166)	(68)	(2.234)
Depreciação e amortização	(7)	(13)	(20)
Impostos, taxas e contribuições	(21)	(89)	(110)
Outras receitas e despesas, líquidas	(743)	-	(743)
Total	(2.937)	(170)	(3.107)

	2024		
	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(12)	-	(12)
Material	5	-	5
Serviços de terceiros	(2.027)	(106)	(2.133)
Depreciação e amortização	(7)	(7)	(14)
Impostos, taxas e contribuições	(10)	(14)	(24)
Outras receitas e despesas, líquidas	(743)	-	(743)
Total	(2.794)	(127)	(2.921)

5. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	546	527
Tributos sobre receita financeira	(27)	(27)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	-	2
	519	502
Despesas financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida	(2.511)	(2.652)
IOF	(10)	(8)
Outras despesas financeiras	(103)	(91)
	(2.624)	(2.751)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Outros resultados financeiros, líquidos	26	34
	26	34
Resultado financeiro, líquido	(2.079)	(2.215)

6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

6.1. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

6.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	16.858	16.197
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(5.732)	(5.507)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Incentivos fiscais	(11)	24
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	2.480	2.216
Atualização SELIC indébitos tributários	10	15
Outras adições (reversões) permanentes	24	15
Tributos sobre o lucro	(3.229)	(3.237)
Alíquota efetiva	19%	20%
Corrente	(13)	(10)
Diferido	(3.216)	(3.227)

6.1.2. Tributos diferidos ativos e passivos

	2025	2024
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	1.391	1.393
Diferenças temporárias:		
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(46.593)	(43.337)
Outros	217	175
Saldo final	(44.985)	(41.769)
Passivo não circulante	44.985	41.769

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	(41.769)	(38.542)
Efeitos reconhecidos no resultado	(3.216)	(3.227)
Saldo final do exercício	(44.985)	(41.769)

6.1.3. Tributos sobre o lucro a recuperar

	2025	2024
Imposto de renda – IR	62	87
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	93	257
Tributo sobre o lucro a recuperar	155	344
Ativo Circulante	155	344

6.1.4. Política contábil material e julgamentos críticos

a) Política contábil material

Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas vigentes no Brasil e reconhecidos considerando as diferenças temporárias entre os valores contábeis e as bases fiscais dos ativos e passivos, bem como nos prejuízos fiscais apurados. Ativos e passivos fiscais são compensados quando existe direito legalmente exequível para tal compensação e quando ambos se referem à mesma autoridade fiscal e à mesma entidade tributável. A apuração do imposto de renda é positivamente influenciada pelos incentivos fiscais da SUDENE (região Nordeste), que concedem redução de até 75% do IRPJ, calculada sobre o lucro da exploração.

Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

b) Estimativas e julgamentos críticos

É necessário julgamento crítico para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenários macroeconômicos, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário.

Essas premissas são elaboradas e fundamentadas pela Administração, considerando os cenários econômicos, comerciais e tributários, e estão sujeitos a alterações.

A Companhia também aplica julgamento crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

6.2. Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	2025	2024
Outros tributos indiretos ⁽¹⁾	19.208	16.648
Outros	323	730
Outros tributos	19.531	19.378
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	5	4
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	203	195
Outros encargos setoriais	22	20
Encargos setoriais	230	219
Total Outros tributos e encargos setoriais a recolher	19.761	19.597
Passivo circulante	505	927
Passivo não circulante	19.256	18.670

⁽¹⁾ Contempla outros tributos indiretos diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

A Reforma Tributária brasileira, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, promoveu uma reestruturação abrangente do sistema tributário, substituindo tributos como ICMS, ISS, PIS, COFINS e IPI pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto Seletivo (IS). Esses novos tributos possuem características de não cumulatividade e estrutura alinhada ao modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O período de transição ocorrerá entre 2026 e 2032, com efeitos práticos a partir de 2027.

Com a substituição do PIS e da COFINS pelo CBS a Companhia passou a classificar o saldo diferido de longo prazo como outros tributos indiretos diferidos até que haja definição da alíquota efetiva da CBS, bem como do entendimento da ANEEL sobre eventuais impactos decorrentes desse tema sobre a RAP. Somente após essa definição será possível avaliar os impactos no fluxo de recebimento do ativo de contrato decorrentes do regime de *gross-up* da receita regulatória.

A Companhia está monitorando continuamente os desdobramentos da Reforma Tributária e avaliando seus potenciais impactos, inclusive no que se refere à conformidade regulatória, riscos associados e à aplicação das novas regras durante o período de coexistência dos sistemas tributários. Adicionalmente, a Companhia concluiu a adaptação de seus sistemas e iniciou a emissão de notas fiscais contendo os valores estatísticos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

de CBS e IBS, conforme previsto na legislação vigente, reforçando seu compromisso com a adequação tempestiva às exigências legais.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	1	-
Certificado de depósito bancário (CDB)	1.585	2
Fundos de investimento	1.377	1.846
	2.963	1.848

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2025 é de 99,88% (99,90% em 31 de dezembro de 2024) do CDI.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

Carteira	2025	2024
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	1.278	1.846
CDB	99	-
	1.377	1.846

Os fundos de investimentos exclusivos da Companhia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2025			2024		
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Concessionárias	2.112	(107)	2.005	1.995	(61)	1.934
	2.112	(107)	2.005	1.995	(61)	1.934

O *aging* do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

	2025		2024	
	Recebível	Perdas de crédito esperadas	Recebível	Perdas de crédito esperadas
A vencer	1.792	(6)	1.927	(6)
Saldos vencidos:				
Entre 1 e 90 dias	5	(1)	5	(1)
entre 91 e 180 dias	30	(12)	11	(4)
entre 181 e 360 dias	52	(24)	6	(4)
Acima de 360 dias	233	(64)	46	(46)
	2.112	(107)	1.995	(61)

8.1. Variação das perdas de crédito esperadas – PCE

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	(61)	(106)
Adições	(46)	(146)
Reversões	-	191
Saldo final do exercício	(107)	(61)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

8.2. Política contábil material e julgamentos críticos

a) Política contábil material

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 13.4) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas.

A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de curto prazo utilizando matriz de perda baseada em histórico de inadimplência, ajustada por informações atuais e projeções futuras, quando aplicável. Essa abordagem considera as características específicas de cada linha de negócio.

A Companhia não apresenta histórico de inadimplência relevante e, portanto, a matriz considera percentuais crescentes de provisão, podendo chegar a 100% para atrasos superiores a 12 meses. Mecanismos da ONS mitigam o risco de crédito, tornando as perdas irrelevantes.

9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não possui obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam movimentação dos saldos como segue:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	200.013	194.040
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(16.068)	(15.406)
Remuneração do ativo contratual	21.230	20.592
Adições e mensuração do ativo contratual	874	787
Saldo final do exercício	206.049	200.013
Circulante	16.780	16.078
Não circulante	189.269	183.935

9.1. Política contábil material

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que, de acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e melhorar; e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe um fluxo de caixa denominado Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

(i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

(ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

9.2. Estimativas e julgamentos críticos

Para mensuração do ativo de contratual a Companhia estima os fluxos de caixa futuros em bases nominais no início da concessão. Sendo as principais premissas: (i) o componente de inflação a ser adicionado ao fluxo de caixa da concessão, e (ii) a taxa de desconto que reflita o componente de financiamento para o Poder Concedente, (iii) probabilidade de recebimento do direito à indenização dos ativos não amortizados ao longo da vigência do contrato. O componente inflação realizado pode ser significativamente diferente das estimadas feitas pela Administração em relação efetiva no momento do recebimento da RAP.

O componente inflação realizado pode ser significativamente diferente das estimadas feitas pela Administração em relação efetiva no momento do recebimento da RAP.

A parcela do ativo contratual vinculada ao direito de indenização, aplicável aos leilões outorgados até o ano de 2019, é revisitada sempre que a Administração obtém informações relevantes, internas ou externas, que possam impactar a estimativa de probabilidade de recebimento desse componente.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

10.1. Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo. A dívida líquida é composta como segue:

	2025	2024
Agências de fomento	33.562	35.922
Empréstimos e financiamentos	33.562	35.922
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(2.963)	(1.848)
(-) Títulos e valores mobiliários	(2.402)	(2.107)
Dívida líquida	28.197	31.967

10.2. Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agências de fomento, principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$").

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

a) Saldos dos contratos por moeda

	2025	2024
Denominados em R\$		
Indexados a taxas flutuantes	33.917	36.333
(-) Custos de transação	(355)	(411)
	33.562	35.922
Passivo circulante	2.593	2.534
Passivo não circulante	30.969	33.388

b) Fluxo de pagamentos futuros de dívida

A Companhia busca estruturar sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autorizações. Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal ¹	Juros ¹	Total
2026	2.471	1.956	4.427
2027	2.549	1.776	4.325
2028	2.555	1.586	4.141
2029	2.556	1.397	3.953
2030	2.556	1.258	3.814
Entre 2031 a 2035	12.780	4.139	16.919
Entre 2036 a 2040	8.276	749	9.025
	33.743	12.861	46.604

⁽¹⁾ O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré) em vigor em 31 de dezembro de 2025 e considerando que todas as amortizações e pagamentos de juros dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 6,67 anos (7,18 anos em 31 de dezembro de 2024).

c) Reconciliação da dívida com o fluxo de caixa e outras movimentações

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	35.922	38.350
Efeito no fluxo caixa:		
Amortização de principal	(2.489)	(2.508)
Pagamento de encargos de dívida	(2.382)	(2.572)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	2.511	2.652
Saldo final do exercício	33.562	35.922

10.3. Política contábil material

As dívidas e os outros passivos financeiros são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

11. PASSIVOS CONTINGENTES

11.1. Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados e são apresentados a seguir:

	2025	2024
Processos trabalhistas (ii)	7	-
Total	7	-

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue:

- (i) Processos trabalhistas: Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação / reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e, ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Os valores foram atualizados pela variação da taxa Referencial (TR), índice de atualização dos processos trabalhistas acrescido de juros de 1% a.m.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$30.232, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 30.232.218 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

Acionista	Lote de mil ações		
	Total de ações	%	R\$
Neoenergia Transmissão	30.232	100%	30.232
	30.232	100%	30.232

12.2. Remuneração do acionista

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos, e/ou juros sobre capital próprio (JSCP), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	13.629	12.960
Reserva legal	(682)	(648)
Lucro líquido ajustado	12.947	12.312
Constituição de reserva especial de dividendos não distribuídos	(5.639)	-
Parcela realizada da reserva de lucros a realizar	(11)	(5.795)
Lucro líquido a distribuir	7.297	6.517

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Remuneração		
Mínima obrigatória	4.330	3.078
Remuneração adicional	2.967	3.439
	7.297	6.517
Natureza da remuneração		
Juros sobre capital próprio	297	6.517
	7.297	6.517
Remuneração total por ação	0,24	0,22

Os valores deliberados ao acionista da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2025			
AGE de 31 de março de 2025	Juros sobre capital próprio	1.533	0,05
AGE de 27 de junho de 2025	Juros sobre capital próprio	1.664	0,05
AGE de 25 de setembro de 2025	Juros sobre capital próprio	2.136	0,07
AGE de 18 de dezembro de 2025	Juros sobre capital próprio	1.964	0,064
		7.297	0,24
2024			
AGO de 11 de março de 2024	Dividendos	6.445	0,21
AGE de 27 de março de 2024	Juros sobre capital próprio	754	0,02
AGE de 27 de junho de 2024	Juros sobre capital próprio	1.092	0,04
AGE de 18 de dezembro de 2024	Juros sobre capital próprio	4.671	0,15
		12.962	0,43

A remuneração a pagar ao acionista está apresenta como segue:

	2025	2024
Saldo inicial do exercício	3.970	5.478
Declarados no exercício	7.297	9.883
Imposto de renda retido na fonte	(1.095)	(978)
Pagos no exercício	(6.687)	(10.413)
Saldo final do exercício	3.485	3.970

12.3. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

b) Reserva de lucros a realizar

Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar ao acionista.

c) Reserva especial de dividendos não distribuídos

Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976.

d) Reserva de retenção de lucros

Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, parte do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

e) Incentivo fiscal imposto de renda – SUDENE

A legislação do imposto de renda possibilita que empresas situadas na região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada.

O saldo da reserva de incentivo fiscal SUDENE em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 35.

12.4. Política contábil material

O Capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionista) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração ao acionista é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelo acionista.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com o acionista e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

13.1. Saldo em aberto com partes relacionadas

	2025		2024	
	Controladora	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Subsidiárias da Neoenergia
Ativo				
Contas a receber e outros ^(a)	-	389	-	351
	-	389	-	351
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar ^(b)		154	-	146
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar ^(d)	3.485	-	3.970	-
	3.485	154	3.970	146

13.2. Transações com partes relacionadas

	2025	2024
	Subsidiárias da Neoenergia	Subsidiárias da Neoenergia
Resultado do período		
Receita operacional líquida ^(a)	2.083	2.012
Custo dos serviços ^(b)	(1.780)	(1.270)
	303	742

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

13.3. Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
(a)	Norte Energia	TUST	IPCA	35 anos	2045	254	699
(a)	Neoenergia Coelba	TUST	IPCA	25 anos	2027	50	441
(a)	Elektro Redes	TUST	IPCA	25 anos	2027	32	362
(a)	Neoenergia Pernambuco	TUST	IPCA	30 anos	2060	25	264
(b)	Elektro O&M	O&M	IPCA	5 anos	2028	(154)	(1.780)
(d)	Neoenergia Transmissão	Dividendos / JSCP Declarados	N/A	N/A	2026	(3.485)	-

13.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve remuneração dos Administradores da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

14. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

14.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2025		2024	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.586	1.377	2	1.846
Títulos e valores mobiliários	2.402	-	2.107	-
Contas a receber de clientes e outros	2.112	-	1.995	-
Outros ativos financeiros	583	-	375	-
	6.683	1.377	4.479	1.846
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	423	-	317	-
Empréstimos e financiamentos	33.562	-	35.922	-
Outros passivos financeiros	1.067	-	480	-
	35.052	-	36.719	-

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

14.2. Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 14.7 – análise de sensibilidade.

14.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2025 Nível 2	2024 Nível 2
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	1.377	1.846
	1.377	1.846

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

14.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”)

Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2025		2024	
	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)
Empréstimos e financiamentos	33.562	33.562	35.922	35.922

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

14.5. Política contábil material

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- **Custo amortizado (CA):** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

14.6. Métodos e técnicas de avaliação

O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado.

14.7. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objeto de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2025.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2025.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	14,90%	5.364	185	(27)	(54)
Passivos financeiros							
Swaps IPCA x CDI (Ponta Ativa)	IPCA	Alta do IPCA	4,46%	(33.806)	(2.194)	(199)	(397)

Contadora

Rachel Alves Pascale
CRC-RJ-N° 115915/ O-3

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Uchoas Ribeiro
Diretor de Operações

Mariana Duarte Flaibam
Diretora Financeira

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da **Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A.**, CNPJ/MF nº. **27.853.556/0001-87**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Praia do Flamengo, nº 78, Sala 101, CEP 22.210-904, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31.12.2025; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia, alusivas ao exercício social findo em 31.12.2025.

Rio de Janeiro (RJ), 4 de março de 2026.

Fabiano Uchoas Ribeiro
Diretor de Operações

Mariana Duarte Flaibam
Diretora Financeira